

Intenções ocultas

JOSÉ NÊUMANNE

JORNAL DA TARDE

* 8 JAN 1994



NÃO SÃO APENAS BOAS E
PATRIÓTICAS AS INTENÇÕES OCULTAS
DAQUELES QUE QUEREM ADIAR,
PERMANENTEMENTE, O FIM DA CPI.

Alguns membros da CPI do Orçamento que defendem, publicamente, o adiamento do prazo final da entrega do relatório alegam falta de tempo para a conclusão de seus trabalhos. Parlamentares que têm aparecido com destaque nos meios de comunicação, como o senador José Paulo Bisol (PSB-RS) e o deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF), têm, evidentemente, trabalhado neste sentido.

À primeira vista, eles têm razão. De fato, o prazo parece exíguo para levantar as fraudes contábeis cometidas com recursos públicos pelos membros da Comissão do Orçamento do Congresso Nacional reunidos em duas quadrilhas, uma das quais, de acordo com denúncias já tornadas públicas, comandada pelo deputado João Alves (sem partido-BA), e a outra chefiada, segundo as mesmas denúncias, por seu colega José Geraldo (PMDB-MG). São muitos e variados os crimes, muitas e variadas devem ser as penas. E a opinião pública exige do relator Roberto Magalhães, também deputado federal (PFL-PE), justiça, nada mais do que justiça: culpados, punidos e inocentes, excluídos do processo.

Em defesa da hipótese do adiamento, é lícito argumentar que a pressa, agora, pode favorecer culpados a respeito de cuja culpa não haja ainda prova consistente. De acordo com tal argumento, apenas os "anões", sem tradição alguma no meio político, deverão ter a perda de seus mandatos pedida pelo relator, ficando de fora do relatório alguns peixes gordos, que mergulharam em águas turvas e pretendem se

mostrar limpos à Nação.

Tal hipótese vem sendo levantada, diariamente, por muita gente que defende o adiamento. Essa gente pretende passar para a opinião pública a imagem de que os parlamentares contra o alargamento do prazo têm algo a esconder ou estão fazendo o jogo sujo do corporativismo, para esconder, sob o manto do esquecimento, os pecados de alguns colegas, muitos dos quais não são, certamente, veniais. Tal acusação é, ela mesma, apressada e irresponsável, mesmo havendo a probabilidade de muito culpado enrustido estar contando os dias para a chegada do prazo fatal da entrega do relatório, tendo como colega de torcida muito corporativista silencioso.

Mas não são apenas boas e patrióticas as intenções ocul-

tas daqueles que querem adiar, permanentemente, o fim da CPI. Em primeiro lugar, esses críticos da manutenção do prazo se esquecem de não ser essa uma Comissão Parlamentar para investigar todas as irregularidades cometidas em território nacional, desde o desembarque de Tomé de Souza na Bahia, no início do século XVI. Afinal de contas, sob tal hipótese repousam lemas como "passar o Brasil a limpo". Mas esta não é, ainda, a intenção menos escusa dos pregadores do adiamento.

A mais evidente delas é a criação de um caso para tornar inviável a revisão constitucional. Não é por acaso que o senador José Paulo Bisol, antigo e renitente inimigo da revisão, seja o mais barulhento defensor da hipótese do adiamento. O ilustre parlamentar gaúcho

faz vistas grossas para a evidência palmar de que de pouco adiantará punir os ladrões do Orçamento se a Constituição revista não lhes reduzir as oportunidades para o roubo.

Outra intenção evidente é aquela que prevê o esticamento do funcionamento da CPI até uma data mais próxima da campanha sucessória, a ser iniciada em março. A CPI já rende, por si só, material de boa qualidade para as campanhas políticas. Quanto mais próxima da campanha propriamente dita, mais efeito poderá produzir sobre o resultado das eleições. A depender do uso do material de propaganda política, poderá gerar um estelionato eleitoral que fará o do PMDB em 1986 parecer um inocente conto da carochinha.

Last but not least, é preciso, também, destacar o papel que os meios de comunicação estão exercendo nessa investigação. Os membros da CPI — como, por exemplo, o pouco notório deputado Sigmaringa Seixas — estão recebendo das emissoras de televisão e de rádio, dos jornais diários e das revistas semanais uma cobertura com a qual jamais sonharam. A vaidade — e, mais do que a vaidade, os bons efeitos eleitorais da exposição pública de suas imagens — deve estar estimulando muito membro da CPI a trabalhar pelo adiamento. Isso pode até ser legítimo, mas dificilmente será ético.